



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**

Praça Eleutério Galdino de Andrade, nº 21 – Fone/Fax (44) 3531 – 8100

CNPJ 75.370.148/0001-17 - CEP 87250-000 – Peabiru – Paraná

<b>PREFEITURA DE PEABIRU</b>
<b>RECURSOS HUMANOS</b>
<b>PUBLICADO</b>
Jornal: TRIBUNA DO INTERIOR
Data <u>23/06/17</u> Pg <u>05</u>
visto: <u>[assinatura]</u>

## **LEI Nº 1143/2017**

**Súmula:** *Dispõe acerca do pagamento das requisições de pequeno valor devidas pelo Município de Peabiru e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Peabiru, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão consideradas de pequeno valor, para os fins do disposto no § 3.º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações que o Município de Peabiru deva quitar em decorrência de decisão judicial transitada em julgado cujo valor, devidamente atualizado, não exceda a 06 (seis) salários mínimos.

Art. 2º O crédito de pequeno valor não estará sujeito ao regime de precatórios e deverá ser pago, mediante depósito judicial, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data em que for protocolada a requisição expedida pelo juízo da execução.

Parágrafo único. Nas requisições de pequeno valor expedidas por meio eletrônico, o prazo será contado da data de expedição.

Art. 3º São vedados o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução para que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no “caput” do art. 2.º desta Lei e, em parte, com a expedição de precatório.

Art. 4º Se o valor da execução ultrapassar o montante estabelecido no art. 1.º desta Lei, o pagamento far-se-á por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, na forma prevista no art. 2.º desta Lei.

Parágrafo único. A opção pelo recebimento do crédito na forma prevista nesta Lei implica a renúncia ao restante dos créditos porventura existentes oriundos do mesmo processo judicial.

Art. 5º As requisições de pequeno valor cujo trânsito em julgado da decisão tenha ocorrido antes da entrada em vigor desta Lei observarão o limite de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

[assinatura]  
1





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**

Praça Eleutério Galdino de Andrade, nº 21 – Fone/Fax (44) 3531 – 8100

CNPJ 75.370.148/0001-17 - CEP 87250-000 – Peabiru – Paraná

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se a Lei nº 452/2005, de 06 de maio de 2005.

Peabiru, 22 de junho de 2017.

Julio Cezar Frare

Prefeito Municipal